

Essencis
Soluções
Ambientais S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Essencis Soluções Ambientais S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Essencis Soluções Ambientais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Essencis Soluções Ambientais S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Essencis Soluções Ambientais S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

Veja as notas explicativas **6.m** a **24.b** das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Como consequência das suas operações, e visando a minimização dos impactos ambientais do aterro, a Companhia e suas controladas incorreram em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento do aterro sanitário, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o custo de execução da cobertura final do aterro definida no licenciamento ambiental realizado para as obrigações de fechamento como, por exemplo, tipo de cobertura final e demolição das instalações utilizadas quando da operação do aterro e atividades a serem realizadas após o fechamento, bem como em relação a determinadas premissas econômicas como custo do tratamento de percolato, custo de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás e manutenção da infraestrutura existente.</p> <p>Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário e ao nível de julgamento para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de reconhecimento e mensuração da provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário; (ii) Com o auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente; (iii) Efetuamos a conferência aritmética dos cálculos das estimativas, inclusive confrontando com as informações contábeis e relatórios gerenciais; e (iv) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo da provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Ênfase

Citação da Companhia na colaboração premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia foi citada em colaboração premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado ("Sérgio Machado"), ex-diretor da Transpetro S.A., no âmbito de investigação conduzida pelo Ministério Público Federal. Em 2016, a controladora Solví Participações S.A. contratou empresa independente especializada para conduzir uma investigação com procedimentos forenses, que não identificou evidências ou indícios de fatos ou elementos relacionados à participação da Companhia nos supostos atos alegados. Considerando que o processo de investigação pelo Ministério Público Federal ainda está em andamento, não está descartada a possibilidade de haver desdobramento no decorrer dessa investigação que provoquem impactos futuros relacionados a este assunto nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fábio Lopes do Carmo
Contador CRC 1SP192172/O-3

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
 CNPJ: 40.263.170/0001-83
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	10	3.421	6.850	5.623	7.479
Títulos e valores mobiliários		-	678	-	678
Contas a receber de clientes	11	99.665	81.325	104.825	84.535
Mútuos a receber de partes relacionadas	12	12.000	-	12.000	-
Estoques		8.480	9.611	8.728	9.643
Dividendos a receber	14	12.418	5.970	7.200	5.747
Impostos a recuperar	13	4.929	16.595	5.670	17.191
Outras contas a receber		914	907	1.070	975
Adiantamento a fornecedores		123	311	171	313
Total do ativo circulante		141.950	122.247	145.287	126.561
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários		6.821	6.393	6.821	6.393
Contas a receber de clientes	11	73	-	73	-
Ativo fiscal diferido	23	118.594	138.823	122.669	139.907
Mútuos a receber de partes relacionadas	12	52.813	66.167	38.937	64.586
Outras contas a receber		5.798	8.258	8.587	11.019
Depósitos judiciais		1.355	2.067	1.434	2.132
		185.454	221.708	178.521	224.037
Investimentos	15	98.066	79.872	55.417	43.742
Imobilizado	16	268.327	265.641	294.694	271.632
Intangível	17	2.243	906	36.083	32.382
		368.636	346.419	386.194	347.756
Total do ativo não circulante		554.090	568.127	564.715	571.793
TOTAL DO ATIVO		696.040	690.374	710.002	698.354

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	18	53.638	41.693	55.077	42.866
Empréstimos e financiamentos	19	40.200	30.120	40.200	30.120
Debêntures	20	17.155	17.258	17.155	17.258
Salários, benefícios e encargos sociais	21	10.452	9.430	11.453	10.006
Impostos, taxas e contribuições	22	8.183	14.392	8.807	14.700
Imposto de renda e contribuição social		-	5.668	220	5.668
Dividendos a pagar	14	-	10.412	483	10.412
Adiantamentos de clientes		8.432	9.284	8.488	9.307
Total do passivo circulante		138.060	138.257	141.883	140.337
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Mútuos a pagar a partes relacionadas	12	-	17.130	2.058	18.076
Empréstimos e financiamentos	19	74.160	93.065	74.160	93.065
Debêntures	20	62.500	79.167	62.500	79.167
Parcelamentos fiscais		-	142	343	142
Passivo fiscal diferido	23	-	-	2.180	1.826
Provisões	24	49.977	37.906	56.154	41.034
Perda no investimento		619	-	-	-
Total do passivo não circulante		187.256	227.410	197.395	233.310
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25	129.196	129.196	129.196	129.196
Reserva de capital		123.846	123.846	123.846	123.846
Reservas de lucros		117.682	71.665	117.682	71.665
Total do patrimônio líquido		370.724	324.707	370.724	324.707
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		696.040	690.374	710.002	698.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
CNPJ: 40.263.170/0001-83
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	26	364.061	315.638	383.048	326.388
Impostos incidentes sobre serviços prestados	26	(47.305)	(43.706)	(49.682)	(45.160)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		316.756	271.932	333.366	281.228
Custo dos serviços prestados	27	(213.877)	(177.517)	(230.995)	(188.217)
LUCRO BRUTO		102.879	94.415	102.371	93.011
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas comerciais	29	(483)	(878)	(128)	(1.047)
Despesas administrativas	28	(12.610)	(16.516)	(13.275)	(17.015)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(9.858)	(897)	(9.339)	(927)
Resultado de equivalência patrimonial	15	4.491	3.229	5.008	4.776
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(18.460)	(15.062)	(17.734)	(14.213)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		84.419	79.353	84.637	78.798
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	31	8.206	9.099	7.707	9.124
Despesas financeiras	31	(25.515)	(30.748)	(25.929)	(30.769)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(17.309)	(21.649)	(18.222)	(21.645)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		67.110	57.704	66.415	57.153
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	23	(1.394)	(19.327)	(2.592)	(19.327)
Diferido	23	(20.228)	1.042	(18.335)	1.593
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		45.488	39.419	45.488	39.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
CNPJ: 40.263.170/0001-83
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	45.488	39.419	45.488	39.419
Resultado abrangente total	45.488	39.419	45.488	39.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
 CNPJ: 40.263.170/0001-83
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	112.571	-	12.909	28.698	-	154.180
Aumento de capital	16.625	-	-	-	-	16.625
Reserva de capital	-	123.846	-	-	-	123.846
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.419	39.419
Reserva legal	-	-	1.971	-	(1.971)	-
Reserva de lucros	-	-	-	28.086	(28.086)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(9.362)	(9.362)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	129.196	123.846	14.880	56.785	-	324.707
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.488	45.488
Reserva legal	-	-	2.274	-	(2.274)	-
Reserva de lucros	-	-	-	43.213	(43.213)	-
Ajuste no patrimônio líquido da investida	-	-	-	529	-	529
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	129.196	123.846	17.154	100.528	-	370.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
 CNPJ: 40.263.170/0001-83
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	45.488	39.419	45.488	39.419
Itens que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	28.866	26.644	31.936	27.854
Baixa de imobilizado e intangível	321	1.681	333	1.681
Equivalência patrimonial	(4.491)	(3.229)	(5.008)	(4.776)
Perda / Ganho no investimento	3.228	(458)	3.906	(457)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e mútuo	13.402	17.270	13.942	16.738
Provisão / Reversão de ajustes de inventário	(159)	(411)	(160)	(412)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	4.734	2.212	5.054	2.362
(Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(134)	110	(502)	279
Provisão para contingências	9.121	58	8.563	63
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	21.622	18.285	20.927	17.734
Redução / Aumento nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários	250	(7.071)	250	(7.071)
Contas a receber	(15.776)	1.687	(13.339)	1.551
Impostos a recuperar	11.666	(122)	11.911	(256)
Estoques	1.290	(2.625)	1.319	(2.556)
Dividendos recebidos	3.200	6.999	4.097	6.999
Outros contas a receber	(53)	(5.724)	(64)	(5.727)
Depósitos judiciais	572	(329)	587	(386)
Adiantamento a fornecedores	188	(298)	190	(262)
Aumento nos passivos operacionais:				
Fornecedores e outras contas a pagar	11.948	(5.418)	10.159	(5.372)
Salários, provisões e encargos sociais	1.022	1.513	1.097	1.538
Impostos, taxas e contribuições	(670)	1.588	(502)	2.079
Pagamento de contingências	(1.644)	(963)	(1.703)	(960)
Adiantamento de clientes	(852)	4.469	(878)	4.470
Parcelamentos fiscais	(6.145)	2	(6.235)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	126.994	95.289	131.368	94.532
Impostos pagos sobre o lucro	(7.061)	(20.204)	(7.985)	(20.204)
Mútuos ativos - recebimento Juros	2.741	1.014	2.224	1.014
Mútuos passivos - juros pagos	(142)	-	(142)	(11)
Debêntures - juros pagos	(7.157)	(9.404)	(7.157)	(9.404)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(8.712)	(8.070)	(8.708)	(8.070)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	106.663	58.625	109.600	57.857
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Mútuos ativos - aplicação	(81.202)	(25.893)	(73.337)	(23.593)
Mútuos ativos - recebimento principal	85.535	6.166	79.836	5.427
Adição em caixa e equivalentes proveniente da aquisição de controle da Ecototal	-	-	701	-
Aquisição de controle da Ecototal	(3.679)	-	(3.317)	-
Aumento de investimento	(21.752)	-	(21.752)	-
Caixa gerado por incorporação de empresa	-	10	-	10
Aquisições de imobilizado	(31.534)	(24.752)	(33.258)	(27.366)
Adição de intangível	(1.676)	(30)	(4.415)	(30)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(54.308)	(44.499)	(55.542)	(45.552)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Mútuos passivos - captação	777	19.316	1.778	17.330
Mútuos passivos - pagamento principal	(18.261)	(9.624)	(18.261)	(5.710)
Debêntures - pagamento principal	(16.667)	(16.667)	(16.667)	(16.667)
Empréstimos e financiamentos - captação	20.439	20.601	20.439	20.601
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(31.660)	(32.291)	(31.894)	(32.291)
Dividendos pagos	(10.412)	-	(11.309)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(55.784)	(18.665)	(55.914)	(16.737)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.429)	(4.539)	(1.856)	(4.432)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	6.850	11.389	7.479	11.911
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.421	6.850	5.623	7.479
Varição líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(3.429)	(4.539)	(1.856)	(4.432)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Essencis Soluções Ambientais S.A. (“ESA” ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo - SP, com o objetivo de oferecer soluções integradas para o tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente para o setor privado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Companhia e suas controladas” e individualmente como “Companhia”).

1.1 Alteração do capital social da Companhia ocorrida em 2017

Em 31 de dezembro de 2017, por meio da Ata de Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação integral da empresa Companhia de Projetos Ambientais S.A. (“CPA”), detentora, até então, de 50% do capital da Companhia. Em decorrência desta incorporação, foi aprovada a integralização de capital social no montante de R\$16.625, em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito na nota explicativa nº 26a. Desta forma, o capital da Companhia pertence, integralmente, à Solví Participações S.A.. Segue abaixo quadro demonstrando a distribuição dos saldos incorporados:

	Parcela cindida a ser vertida à Essencis
Total do Ativo	22.808
Disponível	10
Impostos	12.386
Dividendos a receber	10.412
Investimentos	-
Total do Passivo	22.808
Fornecedores	15
Obrigações fiscais	5.691
Partes relacionadas	477
Patrimônio líquido	16.625

Em 31 de dezembro de 2018, as principais participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são:

Controladas

- Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. (“Ecototal”): A Companhia possui 100% da participação acionária na Ecototal, cuja operação consiste na prestação de serviços na área ambiental.
- Essencis Ecosistema Ltda. (“Ecosistema”): A Companhia possui 100% da participação acionária na Ecosistema, cuja operação consiste na captação, tratamento, transporte e disposição de resíduos perigosos e não perigosos com atuação na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

- Prameq Indústria e Comércio Ltda (“Prameq”): A Companhia possui 100% da participação acionária na Prameq, cuja operação consiste no controle de emissões atmosféricas provenientes da atividade industrial.

Controladas em conjunto

- Catarinense Engenharia Ambiental S.A. (“Catarinense”): A Companhia possui 54% da participação acionária na Catarinense, cuja operação consiste de uma central de tratamento e destinação final de resíduos industriais.
- Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (“Essencis MG”): A Companhia possui 66,67% da participação acionária na Essencis MG, cuja operação consiste de uma central de tratamento e destinação final de resíduos industriais e sanitários.
- Essencis & HPM Tecnologia em recuperação de Metais Ltda. (“Essencis & HPM”): A Essencis MG possui 51% da participação acionária na Essencis & HPM, cuja operação consiste na utilização de tecnologia referente sistema de desagregação e limpeza de gases de aciaria.

Participação em coligadas

- Koleta Ambiental S.A. (“Koleta”): A Companhia possui 46,37% da participação acionária na Koleta cuja operação consiste na prestação de serviços de coleta, transporte, destinação final e reciclagem de resíduos privados.

Menção em colaboração premiada e seus eventuais reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No âmbito das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”), em 2016 o Sr. José Sérgio de Oliveira Machado (“Sérgio Machado”), ex-diretor da Transpetro S.A., firmou acordo de colaboração premiada, tendo citado a Companhia em depoimentos já tornados públicos.

A Administração da Companhia, mantendo seu total compromisso de transparência e conduta ética, envidou todos os esforços para: (i) obter maiores informações sobre as alegações; (ii) revisar as transações passadas da Companhia a fim de identificar qualquer possível evidência de tais alegações; (iii) avaliar a eventual necessidade de melhorias na governança e nos controles internos; (iv) acompanhar eventuais desdobramentos da citada colaboração.

Adicionalmente, ainda em 2016, a Administração do Grupo Solví (Grupo do qual a Companhia pertence) contratou serviços independentes de investigação com procedimentos forenses, para apurar a eventual existência de fundamento da delação, já finalizada, que não identificou qualquer evidência das afirmações do Sr. Sérgio Machado.

Decorridos mais de dois anos e até a presente data, o Grupo Essencis não tem conhecimento da existência de processo investigativo derivado da citada delação que envolva seu nome e/ou de seus administradores e executivos.

Em vista do exposto, na avaliação da Administração, não há impactos relacionados a este assunto a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e anos anteriores.

A Companhia mantém a prestação de serviços e não tem qualquer sanção para contratações com a Transpetro S.A.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.a.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 15** - Consolidação: Determinação se o Grupo Essencia detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 15** – Equivalência patrimonial em investidas: Determinação se o Grupo Essencis detém influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 15** – classificação de negócios em conjunto;

- **Nota explicativa nº 19** – Arrendamento: Determinação se um contrato contém um arrendamento.
- **Notas explicativas nº 16 e 17** – Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam vir a resultar em ajustes de exercício subsequentes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- **Notas explicativas nº 16 e 17** – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento e ágio.
- **Nota explicativa nº 23** – reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra as quais os prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 24** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços

de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Companhia e suas controladas analisam as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (a) Mudanças de políticas contábeis
- (b) Base de consolidação;
- (c) Receita de contratos com clientes;
- (d) Receitas financeiras e despesas financeiras;
- (e) Transações em moeda estrangeira;
- (f) Benefícios a empregados;
- (g) Imposto de renda e contribuição social;
- (h) Estoques;
- (i) Imobilizado;
- (j) Ativos intangíveis e ágio;
- (k) Instrumentos financeiros;
- (l) Redução ao valor recuperável (*impairment*);
- (m) Provisões;
- (n) Distribuição de dividendos; e
- (o) Arrendamentos.

a. Mudanças de políticas contábeis

O Grupo Essencis aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas das demonstrações financeiras não foram reapresentadas

para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- Apresentação das receitas por desempenho; e
- Um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

(i) Adoção do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle, em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, requer julgamento, julgamento este que não sofreu mudanças com a transição para nova norma, entretanto a divulgação da receita sofreu alterações dada a necessidade de abertura de cada obrigação de desempenho, conforme requerido. A adoção do CPC 47 / IFRS 15 não gerou impactos no balanço patrimonial, demonstrações de resultado e fluxos de caixa.

Tendo em vista que os impactos da adoção inicial não alteraram a mensuração e reconhecimento das receitas de contratos em relação a norma anterior, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada, bem como não há efeitos cumulativos a serem aplicados em 1º de janeiro de 2018 devido à adoção inicial.

(ii) Adoção do CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros.

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos

patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma reversão para adequação do valor recuperável, conforme segue:

Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 de acordo com o CPC 38 / IAS 39 - Consolidado	6.139
<hr/>	
<i>Reversão para adequação da adoção ao CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018:</i>	
Contas a receber de clientes e outras contas a receber em 31 de dezembro de 2017	(1.206)
Provisão para perda em 1º de janeiro de 2018 de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	4.933

O Grupo Essencis optou em reconhecer os efeitos dos ajustes de adoção diretamente no resultado do exercício de 2018 tendo em vista o efeito imaterial de tal adequação.

(a) Transição

O Grupo Essencis optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável). As diferenças nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram reconhecidas diretamente no resultado do exercício de 2018. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48 / IFRS 9, mas sim do CPC 38 / IAS 39.

Reconhecimento e mensuração

O Grupo Essencis realizou a avaliação da determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial para adequação do reconhecimento e mensuração. Segue abaixo o quadro demonstrando a mudança das categoria dos ativos financeiros e passivos financeiros com a adoção do CPC 48 / IFRS 9:

Essencis Soluções Ambientais S.A.
*Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Consolidado		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
			Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	3.421	6.850	5.623	7.479
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	6.821	7.071	6.821	7.071
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	99.738	81.325	104.898	84.535
Total			109.980	95.246	117.342	99.085
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo amortizado	53.638	41.693	55.077	42.866
Empréstimos e financiamentos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo amortizado	114.360	123.185	114.360	123.185
Debêntures	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo amortizado	79.655	96.425	79.655	96.425
Total			247.653	261.303	249.092	262.476

Redução do valor recuperável de Ativos financeiros

O Grupo Essencis recalculou a base de perda incorrida definindo um estudo dos últimos 5 anos da base de contas a receber e faturamento, avaliando a posição de cada cliente e o avanço da perda de créditos de liquidação duvidosa.

O histórico de inadimplência de cada cliente foi avaliado conforme o avanço da posição a receber frente ao faturamento. Para definição da taxa de perda foi dividido o montante em aberto pelo faturamento total dos últimos 5 anos.

Desta forma, após os estudos foi definido como política de perda incorrida a taxa de inadimplência histórica de cada um dos clientes do Grupo Essencis.

Para mensuração da perda esperada o Grupo Essencis adotou a utilização da taxa média do CDI, dos últimos dois meses em relação à data do faturamento, considerando assim o princípio da perda do valor ao longo do tempo.

b. Base de consolidação

Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição, quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Participação de acionistas não controladores

A Companhia e suas controladas elegem mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia e suas controladas em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Controladas

A Companhia e suas controladas controlam uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos da controlada, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas reterem qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia e suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou tenha o controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual por meio do qual a Companhia e suas controladas possui controle compartilhado e tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos.

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, apurada nos exercícios de 2018 e 2017 são apresentadas a seguir:

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018				
Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Koleta
Ativo circulante	9.566	11.650	-	54.054
Ativo não circulante	23.243	59.080	3.619	87.554
ATIVO TOTAL	32.809	70.730	3.619	141.608
Passivo circulante	6.303	14.025	125	59.326
Passivos não circulantes	5.825	26.640	1.540	23.607
Patrimônio líquido	20.681	30.065	1.954	58.675
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.809	70.730	3.619	141.608
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	54%	66,67%	34%	31,65%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017					
Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Ecototal	Koleta
Ativo circulante	8.397	13.825	14	3.638	34.052
Ativo não circulante	21.219	56.234	3.638	22.778	62.285
ATIVO TOTAL	29.616	70.059	3.652	26.416	96.337
Passivo circulante	6.416	16.254	145	6.045	37.115
Passivos não circulantes	5.445	27.582	1.541	13.358	43.120
Patrimônio líquido	17.755	26.223	1.966	7.013	16.102
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.616	70.059	3.652	26.416	96.337
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	54%	66,67%	34%	65%	20,44%

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

O resultado apurado nos exercícios de 2018 e 2017 por estes investimentos são demonstrados abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018				
Em milhares de R\$	Essencis &			
	Catarinense	EMG	HPM	Koleta
Lucro / Prejuízo operacional antes dos impostos e resultado financeiro	9.786	10.875	(17)	(6.099)
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	6.568	5.122	(12)	(7.317)
Resultado do exercício	<u>6.568</u>	<u>5.122</u>	<u>(12)</u>	<u>(7.317)</u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017					
Em milhares de R\$	Essencis &				
	Catarinense	EMG	HPM	Ecototal	Koleta
Lucro / Prejuízo operacional antes dos impostos e resultado financeiro	9.266	(13)	9.266	2.667	(7.746)
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	9.116	(13)	9.116	1.451	(13.078)
Imposto de renda e contribuição social	(2.918)	-	(2.918)	(497)	4.551
Resultado do exercício	<u>6.198</u>	<u>(13)</u>	<u>6.198</u>	<u>954</u>	<u>(8.527)</u>

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Receita de contratos com clientes

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

(i) Receita de serviços prestados - Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do comprador.

• Destinação final de resíduos

A obrigação de desempenho inerente à destinação final de resíduos em aterro, são cumpridas e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês, de acordo com a pesagem depositada pelos coletores.

As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

- **Venda de biogás**

As receitas com a venda de biogás é produzida dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários que fornece o biogás.

O Grupo Essencis reconhece a receita de acordo ao montante fornecido de biogás, que é medido através de um relógio instalado nos dutos de captação de biogás dos aterros, gerando um relatório de medição para a aprovação do cliente.

- **Venda de crédito de carbono**

As receitas provenientes da venda de créditos de carbono, são inerentes a geração de créditos de carbono por meio de queima controlada de biogás.

O Grupo Essencis reconhece a receita apenas na efetiva transferência dos créditos de carbono ao cliente, que somente é concretizada após a emissão das RCE's (Reduções Certificadas de Emissões).

- **Venda de sucata**

As receitas com a venda de sucata são advindas do processo de manufatura reversa, que consiste no processo de destruição/descharacterização direta de produtos e equipamentos eletrônicos, como placas eletrônicas e catalisadores automotivos, afim de se obter suas partes sucateadas, como metais e outros insumos.

O Grupo Essencis reconhece a receita apenas na efetiva entrega dos materiais sucateados ao cliente.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

e. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

f. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Conforme facultado pela legislação, as controladas em conjunto Catarinense e Ecototal optaram pelo regime do lucro presumido. Para essas controladas em conjunto, a base de cálculo do imposto de renda é calculada a razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionais da receita financeira auferida, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as conseqüências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

h. Estoques

Compostos por materiais em almoxarifado, demonstrados ao custo de aquisição, não excedendo o valor de reposição.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº16.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

(iii) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº 17.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. O ágio não é amortizado.

k. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a

correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a

exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

O Grupo classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - ativos financeiros mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.
--	---

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. ***Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge***

O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em suas demonstrações financeiras.

vi. ***Capital social***

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

i. ***Redução ao valor recuperável (Impairment)***

i. ***Ativos financeiros não-derivativos***

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Solví, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 14,96% (14,60% em 2017); e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

n. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral conforme informado na nota explicativa nº 25d.

o. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinaram se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e suas controladas concluírem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da a Companhia e suas controladas.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento Mercantil tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

a) CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O Grupo deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- A Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O Grupo reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações, maquinários e veículos. A natureza das despesas relacionadas à estes arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Tendo em vista que as análises e atividades que envolvem julgamento relevante ainda estão em andamento, tais como, implementação do sistema, avaliação de contratos, o quadro a ser usado para determinar o prazo razoavelmente certo de contratação, e a metodologia para o cálculo das taxas de descontos, o Grupo considera que não é razoavelmente estimável o possível impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras do Grupo a partir da data de adoção inicial (1º de janeiro de 2019) na data destas demonstrações financeiras.

(i) Transição

O Grupo Essencis pretende aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo Essencis planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03.

b) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

8 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não utilizaram instrumentos financeiros derivativos.

(i) **Estrutura de gerenciamento de riscos**

O Conselho de Administração da Companhia e suas controladas tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. **Risco de mercado**

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia e suas controladas são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição R\$	Consolidado					
		Taxa de juros - média		Cenários			
		Efetiva em 31/12/2018	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	112.839	9,32%	114.360	114.738	115.118	113.982	113.602
Debêntures	79.167	8,50%	79.655	79.777	79.899	79.533	79.411
		Efeito no resultado		<u>500</u>	<u>1.002</u>	<u>(500)</u>	<u>(1.002)</u>

Este risco surge da possibilidade que a Companhia e suas controladas podem sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas monitoram os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

b. *Risco de créditos*

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	10	3.421	6.850	5.623	7.479
Títulos e valores mobiliários		6.821	7.071	6.821	7.071
Contas a receber	11	99.738	81.325	104.898	84.535
Outras contas a receber		6.712	9.165	9.657	11.994
		116.692	104.411	126.999	111.079

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia e suas controladas adotam como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

c. *Risco de liquidez*

A liquidez da Companhia e suas controladas dependem principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas dispunham de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Consolidado 2018				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos (a)	45.293	30.133	53.872	1.036	130.334
Fornecedores e outras contas a pagar	55.077	-	-	-	55.077
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	2.058	-	-	2.058
Debêntures (a)	22.514	21.120	51.127	-	94.761
Total	122.884	53.311	104.999	1.036	282.230

	Consolidado				
	2017				
	Menos	Entre	Entre	Mais	Total
	de 1 ano	1 e 2 anos	3 e 5 anos	de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos (a)	36.135	25.435	66.266	15.113	142.950
Fornecedores e outras contas a pagar	42.866	-	-	-	42.866
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	18.076	-	-	18.076
Debêntures (a)	23.824	22.514	59.322	12.926	118.586
Total	102.826	66.025	125.588	28.039	322.478

- (a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contratos de financiamentos existentes, a Companhia e suas controladas comprometem-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia e suas controladas em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia e suas controladas em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme as notas explicativas 19 e 20.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas.

(ii) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

(iii) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia e suas controladas, quando aprovado pelos acionistas controladores, podem rever suas políticas de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Companhia e suas controladas adotam o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar suas estruturas de capital. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalente de caixa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
Total do passivo	339.278	373.647
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.623)	(7.479)
Divida Líquida	333.655	366.168
Patrimônio Líquido	370.724	324.707
Índice de Alavancagem	0,90	1,13

(iv) **Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia valor justo	Cate goria	Consolidado			
			2018		2017	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Custo amortizado	5.623	5.623	7.479	7.479
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Custo amortizado	6.821	6.821	7.071	7.071
Contas a receber	-	Custo amortizado	104.898	104.898	84.535	84.535
Outras contas a receber	-	Custo amortizado	9.657	9.657	11.994	11.994
Dividendos a receber	-	Custo amortizado	7.200	7.200	5.747	5.747
Total			134.199	134.199	116.826	116.826
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	Custo amortizado	55.077	55.077	42.866	42.866
Dividendos a pagar	-	Custo amortizado	483	483	10.412	10.412
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	114.360	114.360	123.185	123.185
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	79.655	79.421	96.425	94.903
Total			249.575	249.341	272.888	271.366

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia e suas controladas entendem que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.
- Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

(v) **Hierarquia de valor justo**

O método de avaliação adotado pela Companhia e suas controladas na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Nesse método, os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos não são considerados, apenas os preços cotados observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

9 Aspectos ambientais

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia e suas controladas realizam mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Com exceção das provisões mencionadas acima a Companhia e suas controladas não veem a necessidade de constituir outras provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais.

10 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e saldos em bancos	56	2.155	76	2.765
Aplicações financeiras	3.365	4.695	5.547	4.714
	3.421	6.850	5.623	7.479

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a Certificado de Depósito Bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 59,52% (96% em 2017), do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº8.

11 Contas a receber

São compostas como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Valores faturados:					
Cientes privados		21.753	18.179	25.964	19.770
Cientes públicos		2.813	3.337	2.891	3.468
		<u>24.566</u>	<u>21.516</u>	<u>28.855</u>	<u>23.238</u>
Medições a faturar:					
Cientes privados		23.428	29.066	24.959	30.538
Cientes públicos		1.156	1.161	1.156	1.179
		<u>24.584</u>	<u>30.227</u>	<u>26.115</u>	<u>31.717</u>
Crédito de carbono		28.114	5.533	28.114	5.533
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)		(5.615)	(5.749)	(6.021)	(6.139)
Total de contas a receber		<u>71.649</u>	<u>51.527</u>	<u>77.063</u>	<u>54.349</u>
Partes relacionadas	12	28.089	29.798	27.835	30.186
		<u>99.738</u>	<u>81.325</u>	<u>104.898</u>	<u>84.535</u>
Circulante		99.665	81.325	104.825	84.535
Não circulante		73	-	73	-
Total		<u>99.738</u>	<u>81.325</u>	<u>104.898</u>	<u>84.535</u>

- (a) A exposição ao risco de crédito da Companhia e suas controladas estão limitadas ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas estão incluídos no saldo de provisão para riscos de crédito.

Em 12 de setembro de 2014, através do contrato de compra e venda firmado com a Companhia Norwegian Procurement Carbono Facility Nordic Environment Finance Corporation (“NEFCO”), esta na qualidade de “Facility Manager”, a Essencis retomou o projeto de venda dos CERs - Certificado de Emissões Reduzidas, um tipo de unidade de emissões (créditos de carbono), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para reduções de emissões obtidas por projetos de MDL e verificados por uma DOE (Entidade Operacional Designada) sob as regras do Protocolo de Kyoto.

No contrato estão previstos os volumes e prazos de entrega dos CERs à NEFCO, com cronograma até 15 de maio de 2021, sendo 350.000 CERs entregue em 2015 e 950.000 CERs por ano até 2021, totalizando 6.050.000 CERs.

No caso do descumprimento dos prazos pela Essencis, está garantido o direito ao cliente NEFCO de rescindir o presente acordo imediatamente.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Valores a vencer	77.752	48.048	81.073	50.192
Vencidos:				
Até 30 dias	5.891	8.682	6.319	9.024
Entre 31 e 60 dias	1.571	5.074	1.720	5.160
Entre 61 e 90 dias	1.612	2.380	1.639	2.433
Entre 91 e 180 dias	754	4.365	1.104	4.750
Entre 181 e 360 dias	1.427	2.253	1.851	2.336
Acima de 360 dias	16.346	16.272	17.213	16.507
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(5.615)	(5.749)	(6.021)	(6.139)
Total	99.738	81.325	104.898	84.264

- (a) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as políticas estabelecidas pela Administração.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada essencialmente clientes privados.

A movimentação da provisão para riscos de créditos está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2016	(5.639)	(5.860)
Provisão do exercício	(168)	(340)
Reversão do exercício	58	60
Saldo em 31/12/2017	(5.749)	(6.139)
Provisão do exercício	(1.493)	(1.493)
Reversão do exercício	1.626	1.995
Reorganização societária	-	(385)
Saldo em 31/12/2018	(5.616)	(6.021)

12 Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e as transações com empresas relacionadas durante esses exercícios, são demonstrados a seguir:

Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$1.708 (R\$2.464 em 2017).

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber	contas a pagar	contas a pagar	contas a pagar	(Despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Serviços prestados						
<i>Solví Participações S.A.</i>	178	38	431	306	(3.916)	(3.213)
<i>Servy Patrimonial Ltda.</i>	-	-	1	1	(2.824)	-
<i>Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	-	140	-	-	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	12	12	519	817	(1.847)	(1.323)
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	1.592	305	581	-	1.269	246
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	159	150	-	29	(190)	(403)
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	503	477	130	20	42	54
<i>Essencis Ecossistema Ltda.</i>	112	112	34	-	(22)	3
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	114	114	214	25	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	3.494	2.035	283	336	(77)	289
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	271	-	144	-	123
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	21.114	19.470	-	-	111.623	106.792
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	38	-	22	-	-	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	414	561	-	-	6.923	6.563
<i>Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	73	72	-	-	-	-
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	13	13	11	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	57	104	104	-	-
<i>Outros</i>	26	-	153	-	-	-
	<u>27.842</u>	<u>23.827</u>	<u>2.483</u>	<u>1.782</u>	<u>110.981</u>	<u>109.131</u>
Mútuos curto prazo						
<i>Solví Participações S.A.</i>	12.000	-	-	-	-	-
	<u>12.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
JCP:						
<i>Solví Participações S.A.</i>	-	-	6.602	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	247	247	-	-	-	-
	<u>247</u>	<u>247</u>	<u>6.602</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Mútuos longo prazo						
<i>Solví Participações S.A.</i>	34.254	49.299	-	-	3.817	4.084
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	4.238	5.147	-	-	474	511
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	7.154	9.593	-	-	139	818
<i>Essencis Ecossistema Ltda.</i>	6.575	1.582	-	-	252	(93)
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	-	-	(435)	387
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	-	-	17.130	-	(1.200)
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	-	39
<i>Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	592	546	-	-	43	55
<i>Outros</i>	-	-	-	-	469	-
	<u>52.813</u>	<u>66.167</u>	<u>-</u>	<u>17.130</u>	<u>4.759</u>	<u>4.601</u>
Circulante	40.089	24.074	9.085	1.782		
Não circulante	52.813	66.167	-	17.130		
Total	92.902	90.241	9.085	18.912	115.740	113.732

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Serviços prestados (a):						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	179	38	466	388	(4.575)	(3.534)
<i>Servy Patrimonial Ltda.</i>	-	-	153	1	-	-
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	-	140	-	-	(2.824)	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	14	14	519	817	(1.847)	(1.323)
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	1.290	360	-	-	1.302	246
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	159	150	373	29	(432)	(403)
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	214	477	-	20	42	54
<i>Essencis Ecossistema Ltda.</i>	112	142	-	-	106	13
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	102	149	-	-	-	80
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	3.831	2.087	284	336	518	289
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	485	-	144	-	274
<i>Vega Engenharia S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga (c)</i>	21.114	19.470	-	-	111.623	106.792
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	38	-	25	-	-	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda.</i>	414	561	-	-	6.923	6.563
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	82	72	-	-	14	-
<i>Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	13	13	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	57	104	104	-	-
<i>Outros</i>	26	-	8	-	-	-
	27.588	24.215	1.932	1.839	110.850	109.051
Mútuos curto prazo						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	12.000	-	-	-	-	-
	12.000	-	-	-	-	-
JCP:						
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	247	247	-	-	-	-
<i>Solvi Participações S.A.</i>	-	-	6.602	-	-	-
	247	247	6.602	-	-	-
Mútuos longo prazo						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	34.108	49.299	-	-	3.817	4.084
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (b)</i>	4.238	5.147	14	-	474	511
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. (b)</i>	-	9.593	-	-	(588)	818
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	1.993	-	(526)	387
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	-	-	18.027	-	(1.266)
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	-	39
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	591	547	-	-	43	56
<i>Outros</i>	-	-	51	49	897	-
	38.937	64.586	2.058	18.076	4.117	4.629
Circulante	39.835	24.462	8.534	1.839		
Não circulante	38.937	64.586	2.058	18.076		
Total	78.772	89.048	10.592	19.915	114.967	113.680

(a) As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional, em condições semelhantes às aplicadas a terceiros, e reembolso de despesas operacionais por meio de rateios.

- (b) Referem-se a contratos de mútuo entre Essencis MG e Ecototal Sistemas., com juros de 108% ao ano.
- (c) Refere-se à remuneração pela destinação de resíduos provenientes da coleta na cidade de São Paulo e dispostos no aterro de Caieiras.
- (d) Movimentação de mútuos no passivo segue abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2017	17.130	18.076
Captação	777	1.778
Juros	477	568
Pagamento de juros	(142)	(142)
Pagamento do principal	(18.261)	(18.261)
Encargos	19	39
Saldo em 2018	-	2.058

13 Impostos a recuperar

São compostos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
INSS	1.584	1.652	1.667	1.730
PIS e COFINS	978	901	1.082	984
IRPJ	1.968	10.153	2.360	10.449
CSLL	223	3.602	385	3.711
Outros	176	287	176	317
Total	4.929	16.595	5.670	17.191

14 Dividendos a receber e a pagar

Os estatutos sociais da Companhia e de suas controladas determinam a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber e a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente.

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Os dividendos a pagar e a receber são compostos como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo a receber		Saldo a pagar		Saldo a receber		Saldo a pagar	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controladoras:								
<i>Solvi Participações S.A. *</i>	-	-	-	10.412	-	-	483	10.412
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas:								
<i>Essencis Ecosystemas Ltda.</i>	223	223	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto:								
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	1.137	1.870	-	-	1.137	1.870	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	6.063	2.709	-	-	6.063	2.709	-	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	4.995	1.168	-	-	-	1.168	-	-
Total	12.418	5.970	-	10.412	7.200	5.747	483	10.412

* Os dividendos a pagar no montante de R\$10.412, foram pagos diretamente à parte relacionada Revita Engenharia, devido a cessão do direito de recebimento da Solvi Participações, conforme AGE aprovada em 31 de dezembro de 2017.

15 Investimentos

Saldos dos investimentos:

Participações em controladas

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2018	31/12/2017
Essencis Ecosistema Ltda	4.690	100,00%	4.250	(1.833)	(1.833)	4.250	-
Prameq Indústria e Comércio Ltda	5.484	100,00%	(530)	(730)	(730)	(530)	6.083
Essencis Ecosistema Ltda - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	2.545	(63)	(63)	2.545	200
Prameq Indústria e Comércio Ltda - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	851	(86)	(86)	851	2.608
Ecotottal Sistemas de Gestão Ltda	4.145	100,00%	7.774	3.628	2.394	7.774	937
Ecotottal Sistemas de Gestão Ltda - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos			837	(199)	(199)	837	
Total (a)					(517)	15.727	9.828

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2018	31/12/2017
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	6.083	66,67%	27.065	5.122	3.415	17.041	17.483
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	54,00%	20.681	6.568	3.547	11.168	9.588
Ecotottal Sistemas de Gestão Ltda	-	65,00%	-	1.234	802	-	4.558
Total (b)					7.764	28.209	31.629

Participações em coligadas

Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2018	31/12/2017
Koleta Ambiental S.A.	101.017	31,65%	58.675	(7.317)	(2.756)	27.208	9.926
Total (c)					(2.756)	27.208	9.926

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Individual (d) 26.302 28.489

Provisão para perdas nos investimentos (e) 619 -

Total dos investimentos individual: (a) + (b) + (c) + (d) **98.063** **79.872**

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Consolidado (f) - 2.187

Totas dos investimentos consolidado: (b) + (c) + (f) **55.417** **43.742**

As mutações do investimento de 2018 são demonstradas a seguir:

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Dividendos/ JCP	Aumento de Capital	Aquisição de controle	Aquisição	Perda no investimento	Exercícios anteriores	Saldo em 31/12/2018
Essencis Ecosistema Ltda	6.083	(1.833)	-	-	-	-	-	-	4.250
Prameq Indústria e Comércio Ltda	200	(730)	-	-	-	-	-	-	(530)
Ecosistema - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	2.608	(63)	-	-	-	-	-	-	2.545
Prameq - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	937	(86)	-	-	-	-	-	-	851
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	-	2.394	(4.099)	-	6.160	3.319	-	-	7.774
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	(199)	-	-	1.036	-	-	-	837
	11.375	(517)	(4.099)	-	7.196	3.319	-	-	15.727

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Dividendos/ JCP	Aumento de Capital	Aquisição de controle	Aquisição	Perda no investimento	Exercícios anteriores	Saldo em 31/12/2018
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	17.483	3.415	(3.854)	-	-	-	-	-	17.044
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	9.588	3.547	(1.967)	-	-	-	-	-	11.168
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	4.558	802	271	-	(6.160)	-	-	529	-
	31.094	7.764	(5.550)	-	(6.160)	-	-	529	28.212

Participações em coligadas

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Dividendos/ JCP	Aumento de Capital	Aquisição de controle	Aquisição	Perda no investimento	Exercícios anteriores	Saldo em 31/12/2018
Koleta Ambiental S.A.	9.926	(2.756)	-	21.752	-	-	(1.713)	-	27.208
	9.926	(2.756)	-	21.752	-	-	(1.713)	-	27.208

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
Essencis Ecosistema Ltda	3.083	3.083
Prameq Indústria e Comércio Ltda	363	363
Macaé	4.250	4.250
Ecolar	12.913	12.913
Incineração	511	511
Remediação	5.183	5.183
Total	26.302	26.302

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	2.187	-
Total (f)	2.187	-
Total do ágios (d)	28.489	26.302

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

As mutações do investimento de 2017 são demonstradas a seguir:

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Dividendos/ JCP	Aumento de Capital	Ganho no investimento	Saldo em 31/12/2017
Essencis Ecosystema Ltda	6.781	(698)	-	-	-	6.083
Prameq Indústria e Comércio Ltda	678	(478)	-	-	-	200
Ecosystema - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	2.893	(285)	-	-	-	2.608
Prameq - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	1.023	(86)	-	-	-	937
	11.375	(1.547)	-	-	-	9.828

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Dividendos/ JCP	Aumento de Capital	Ganho no investimento	Saldo em 31/12/2017
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	17.182	3.010	(2.709)	-	-	17.483
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	9.415	3.347	(3.174)	-	-	9.588
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	4.497	620	(559)	-	-	4.558
	31.094	6.977	(6.442)	-	-	31.629

Participações em coligadas

Empresa	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Dividendos/ JCP	Aumento de Capital	Ganho no investimento	Saldo em 31/12/2017
Koleta Ambiental S.A.	5.035	(2.201)	-	6.634	458	9.926
	5.035	(2.201)	-	6.634	458	9.926

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017
Essencis Ecosystema Ltda	3.083	3.083
Prameq Indústria e Comércio Ltda	363	363
Macaé	4.250	4.250
Ecolar	12.913	12.913
Incineração	511	511
Remediação	5.183	5.183
Total	26.302	26.302

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	2.187	2.187
Total (f)	2.187	2.187
Total do ágios (d)	28.489	28.489

15.1. Alterações societárias - Ecototal Sistemas de Gestão Ltda

Conforme instrumento particular oitava alteração e consolidação social da empresa Ecototal, em 07 de maio de 2018, os cedentes assinaram a cessão de quotas à Essencis ao custo simbólico de R\$ 1,00, devido ao não cumprimento de cláusulas contratuais, deixando assim de ser sócios da Ecototal, bem como não possuirão quaisquer poderes de representação nesta sociedade.

16 Imobilizado

É composto como segue:

	Tx	Controladora			
		Média	2018		2017
			Anual %	Custo	Depreciação
Aterro e infra em aterros	(*)	309.526	(199.924)	109.602	120.524
Benfeitorias em bens de terceiros	-	30.697	(21.438)	9.259	10.544
Edificações	4	76.526	(29.039)	47.487	49.781
Máquinas, equipamentos e outros	10	114.443	(59.871)	54.572	56.102
Móveis e utensílios e instalações	10	2.915	(2.120)	795	1.037
Hardware e outros	20	3.392	(3.082)	310	207
Imobilizado em andamento	-	46.302	-	46.302	27.446
		583.801	(315.474)	268.327	265.641

	Tx	Consolidado			
		Média	2018		2017
			Anual %	Custo	Depreciação
Aterros e benfeitorias em aterros	(*)	351.785	(227.472)	124.313	124.260
Benfeitorias em bens de terceiros	-	30.724	(21.464)	9.260	10.398
Edificações	4	81.027	(30.560)	50.467	50.069
Máquinas, equipamentos e outros	10	119.167	(61.444)	57.723	56.146
Móveis e utensílios e instalações	10	3.048	(2.196)	852	1.041
Hardware e outros	20	3.585	(3.238)	347	212
Imobilizado em andamento	-	51.732	-	51.732	29.506
		641.068	(346.374)	294.694	271.632

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias referem-se às centrais de tratamento de resíduos nas cidades de Curitiba, Caieiras, Itaberaba, Macaé, Betim, Juiz de Fora, Joinville, Capela Santana e São José dos Campos, e são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

A mutação do imobilizado de 2018 é composta como segue:

Custos do Imobilizado	Controladora					
	2017	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de	
					aterros	2018
Aterro e infra em aterros	296.347	1.244	-	7.201	4.734	309.526
Benfeitorias em bens de terceiros	30.681	-	(38)	54	-	30.697
Edificações	76.235	-	-	291	-	76.526
Máquinas, equipamentos e outros	115.230	3.348	(4.404)	269	-	114.443
Móveis e utensílios e instalações	3.343	47	(475)	-	-	2.915
Hardware e outros	3.871	225	(704)	-	-	3.392
Imobilizado em andamento	27.446	26.671	-	(7.815)	-	46.302
	553.153	31.535	(5.621)	-	4.734	583.801
Depreciação acumulada						
Aterro e infra em aterros	(175.823)	(19.367)	-	-	(4.734)	(199.924)
Benfeitorias em bens de terceiros	(20.137)	(1.338)	37	-	-	(21.438)
Edificações	(26.454)	(2.585)	-	-	-	(29.039)
Máquinas, equipamentos e outros	(59.128)	(4.893)	4.150	-	-	(59.871)
Móveis e utensílios e instalações	(2.306)	(225)	411	-	-	(2.120)
Hardware e outros	(3.664)	(119)	701	-	-	(3.082)
	(287.511)	(28.527)	5.299	-	(4.734)	(315.474)
Imobilizado líquido	265.641	3.008	(322)	-	-	268.327

Custo do Imobilizado	Consolidado					
	2017	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de	
					Reorganização Societária	aterros
Aterros e benfeitorias em aterros	312.273	1.879	-	10.196	19.066	351.785
Benfeitorias em bens de terceiros	30.711	-	(41)	54	-	30.724
Edificações	76.865	-	(7)	291	3.878	81.027
Máquinas, equipamentos e outros	116.983	6.627	(5.376)	269	664	119.167
Móveis e utensílios e instalações	3.391	58	(500)	-	99	3.048
Hardware e outros	4.010	272	(790)	-	93	3.585
Imobilizado em andamento	29.506	29.421	-	(10.810)	3.615	51.732
	573.739	38.257	(6.714)	-	27.415	641.068
Depreciação acumulada						
Aterros e benfeitorias em aterros	(188.013)	(21.482)	-	-	(9.606)	(227.472)
Benfeitorias em bens de terceiros	(20.313)	(1.339)	41	147	-	(21.464)
Edificações	(26.796)	(2.703)	4	(147)	(918)	(30.560)
Máquinas, equipamentos e outros	(60.837)	(5.322)	5.116	-	(401)	(61.444)
Móveis e utensílios e instalações	(2.350)	(232)	436	-	(50)	(2.196)
Hardware e outros	(3.798)	(144)	784	-	(80)	(3.238)
	(302.107)	(31.222)	6.381	-	(11.055)	(346.374)
Imobilizado líquido	272.635	7.035	(333)	-	-	294.694

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

A mutação do imobilizado de 2017 é composta como segue:

Custos do Imobilizado	Controladora					
	2016	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de	
					aterros	2017
Aterro e infra em aterros	290.562	1.694	-	1.879	2.212	296.347
Benfeitorias em bens de terceiros	30.681	-	-	-	-	30.681
Edificações	75.424	-	(125)	936	-	76.235
Máquinas, equipamentos e outros	116.007	3.273	(4.305)	255	-	115.230
Móveis e utensílios e instalações	3.295	48	-	-	-	3.343
Hardware e outros	3.794	77	-	-	-	3.871
Imobilizado em andamento	10.537	19.979	-	(3.070)	-	27.446
	530.300	25.071	(4.430)	-	2.212	553.153
Depreciação acumulada						
Aterro e infra em aterros	(157.594)	(16.017)	-	-	(2.212)	(175.823)
Benfeitorias em bens de terceiros	(18.697)	(1.440)	-	-	-	(20.137)
Edificações	(23.942)	(2.570)	-	58	-	(26.454)
Máquinas, equipamentos e outros	(55.954)	(5.865)	2.749	(58)	-	(59.128)
Móveis e utensílios e instalações	(2.073)	(233)	-	-	-	(2.306)
Hardware e outros	(3.456)	(208)	-	-	-	(3.664)
	(261.716)	(26.333)	2.749	-	(2.212)	(287.512)
Imobilizado Líquido	268.584	(1.262)	(1.681)	-	-	265.641

Custo do Imobilizado	Consolidado					
	2016	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de	
					aterros	2017
Aterros e benfeitorias em aterros	305.464	2.229	-	2.218	2.362	312.273
Benfeitorias em bens de terceiros	30.711	-	-	-	-	30.711
Edificações	76.054	-	(125)	936	-	76.865
Máquinas, equipamentos e outros	117.743	3.290	(4.305)	255	-	116.983
Móveis e utensílios e instalações	3.343	48	-	-	-	3.391
Hardware e outros	3.930	80	-	-	-	4.010
Imobilizado em andamento	10.877	22.038	-	(3.409)	-	29.506
	548.122	27.685	(4.430)	-	2.362	573.739
Depreciação acumulada						
Aterros e benfeitorias em aterros	(169.040)	(16.611)	-	-	(2.362)	(188.013)
Benfeitorias em bens de terceiros	(18.872)	(1.441)	-	-	-	(20.313)
Edificações	(24.227)	(2.627)	-	58	-	(26.796)
Máquinas, equipamentos e outros	(57.658)	(5.870)	2.749	(58)	-	(60.837)
Móveis e utensílios e instalações	(2.115)	(235)	-	-	-	(2.350)
Hardware e outros	(3.575)	(223)	-	-	-	(3.798)
	(275.487)	(27.007)	2.749	-	(2.362)	(302.107)
Imobilizado Líquido	272.635	678	(1.681)	-	-	271.632

17 Intangível

É composto como segue:

	Tx Média	Consolidado			
		Anual %	2018		2017
			Custo	Amortização	Líquido
Softwares	20%	2.756	(2.204)	552	827
Licença de direito	28%	10.200	(6.622)	3.578	3.578
Direitos contratuais	10%	2.853	(284)	2.569	(542)
Marcas		1.627	(786)	841	829
Relacionamento clientes		3.070	(830)	2.240	1.387
		20.506	(10.726)	9.780	6.079
Ágio:					
Prameq		363	-	363	363
Ecosistema		3.083	-	3.083	3.083
Macaé		4.250	-	4.250	4.250
Ecolar		28.151	(15.238)	12.913	12.913
Incineração		3.946	(3.435)	511	511
Remediação		6.624	(1.441)	5.183	5.183
		46.417	(20.114)	26.303	26.303
Intangível Líquido		66.923	(30.840)	36.083	32.382

A movimentação do intangível de 2018 é composta como segue:

Custo	Consolidado						
	2016	Adição	2017	Adição	Baixa	Reorganização Societária	2018
	Softwares	2.779	30	2.809	25	(81)	3
Licença de direito	10.200	-	10.200	-	-	-	10.200
Direitos contratuais (a)	113	-	113	2.740	-	-	2.853
Marcas	1.627	-	1.627	-	-	-	1.627
Relacionamento clientes (a)	1.420	-	1.420	1.650	-	-	3.070
	16.139	30	16.169	4.415	(81)	3	20.506
Ágio sobre sociedade incorporadas:							
Prameq	363	-	363	-	-	-	363
Ecosistema	3.083	-	3.083	-	-	-	3.083
Macaé	4.250	-	4.250	-	-	-	4.250
Ecolar	28.151	-	28.151	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	3.946	-	-	-	3.946
Remediação	6.624	-	6.624	-	-	-	6.624
	46.417	-	46.417	-	-	-	46.417

- (a) Conforme nota explicativa 15.1, os valores relativos às adições de direitos contratuais e relacionamento com clientes, são referentes à aquisição da Ecototal, sendo o relacionamento com clientes o montante da carteira de clientes advindas da aquisição.

Amortização	Consolidado						2018
	2016	Amortização	2017	Amortização	Baixa	Reorganização Societária	
Softwares	(1.676)	(306)	(1.982)	(300)	81	(3)	(2.204)
Licença de direito	(6.251)	(371)	(6.622)	-	-	-	(6.622)
Marcas	(524)	(131)	(655)	(131)	-	-	(786)
Relacionamento clientes	(769)	(29)	(798)	(32)	-	-	(830)
Direitos contratuais	(22)	(11)	(33)	(251)	-	-	(284)
	(9.242)	(848)	(10.090)	(714)	81	(3)	(10.726)
<i>Ágio sobre sociedade incorporadas:</i>							
Ecolar	(15.238)	-	(15.238)	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	(3.435)	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.441)	-	(1.441)	-	-	-	(1.441)
	(20.114)	-	(20.114)	-	-	-	(20.114)
Intangível, Líquido	(29.356)	(848)	32.382	3.701	-	-	36.083

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

O teste de imparidade foi realizado por empresa especializada, nas subsidiárias causadoras de ágios quando ocorreram a aquisição das empresas.

O teste de *impairment* dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio das controladas pela Companhia foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2018.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a Companhia e suas controladas esperam obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa do Grupo consolidado.

- **Metodologia Aplicada:** Método do Fluxo de Caixa Descontado.
- **Período Projetivo:** 01 de novembro de 2018 a 31 de outubro de 2037.
- **Moeda:** Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.
- **Impostos Diretos:** Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.
- **Taxa de Desconto:** Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.
- **Projeções:** A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2018 a 2023 e de 2024 em diante foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de impairment

Como resultado do teste de *impairment*, nenhuma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas apresentaram perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

18 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fornecedores		43.221	39.289	45.195	40.385
Partes relacionadas	12	9.085	1.782	8.534	1.839
Outras contas a pagar		1.332	622	1.348	642
		53.638	41.693	55.077	42.866

19 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Taxas de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Finame/Finep	Pré fixado de 5,00% a.a.	Até set/2024	456	849	456	849
BNDES	Pré fixado de 1,40% a.a. a 7,95% a.a - TJLP + 1,00% a.a.	De set/2023 a jan/2024	68.863	81.652	68.863	81.652
Capital Giro	CDI de 3,00% a.a. a 4,40% a.a.	De fev/2019 a set/2021	44.223	39.990	44.223	39.990
Crédito Direto ao Consumidor	Pré fixado de 1,77% a.a. a 15,2% a.a	De nov/2020	594	-	594	-
Leasing	Pré-fixado de 2,91% a.a.	De set/2020	224	694	224	694
Total			114.360	123.185	114.360	123.185
Circulante			40.200	30.120	40.200	30.120
Não circulante			74.160	93.065	74.160	93.065

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	-	20.412	-	20.412
2020	24.762	22.497	24.762	22.497
2021	21.985	22.220	21.985	22.220
2022	13.214	13.448	13.214	13.448
2023	13.205	13.442	13.205	13.442
2024	994	1.046	994	1.046
	74.160	93.065	74.160	93.065

Os valores que compõem o saldo referem-se, basicamente, a empréstimos e financiamentos junto a instituições bancárias e BNDES, na modalidade BNDES Automático, Finem e Finame.

Em 22 de dezembro de 2016 a Companhia firmou, através de sua Controladora Solví Participações S.A. e com a Essencis Soluções Ambientais S.A., junto aos Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A e China Construction Bank (Brasil) o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$15.130, e garantias prestadas através de SBLC - *Stand-by Letter of Credit* no montante de USD6.600, pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de carência de valor principal, e 01 (um) ano de carência de juros, com pagamento de 50% em dezembro de 2017, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

A celebração do acordo marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto as Instituições Financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas à manutenção de índices financeiros nem a outras cláusulas restritivas em suas operações, exceto àquelas mencionadas a seguir:

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

Os contratos firmados com o BNDES contêm garantias e cláusulas restritivas de vencimento antecipado, que estabelecem que determinados eventos deverão ser comunicados antecipadamente ou anuídos pela instituição financeira, sendo os mais relevantes reorganização societária envolvendo a Companhia devedora, inadimplementos e venda ou transferência de propriedade de ativos. O novo contrato de financiamento, firmado em 31 de dezembro de 2014, tem garantia por carta de fiança bancária, emitidas pelo Banco Santander Brasil S.A. e Banco Itaú BBA S.A., no montante de R\$56.246 e R\$50.000, respectivamente.

As cláusulas firmadas no contrato de financiamento são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade da Companhia e suas controladas de conduzirem seus negócios até o momento.

a) Conciliação da movimentação de empréstimos

Empréstimos e financiamentos - Controladora

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Saldo em 31/12/2018
Finame/Finep	849	-	28	(25)	(396)	456
BNDES	81.652	-	6.064	(5.386)	(13.467)	68.863
Capital Giro	39.990	20.000	4.856	(3.123)	(17.500)	44.223
Crédito Direto ao Consumidor	-	439	155	-	-	594
Leasing	694	-	5	(178)	(297)	224
Total	123.185	20.439	11.108	(8.712)	(31.660)	114.360

20 Debêntures

Composição

Em 1 de setembro de 2011, a controladora emitiu 15.000 debêntures simples, no valor nominal total de R\$150.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia flutuante em série única, integralizadas em 21 de outubro de 2011 em favor da Carteira Administrada de Saneamento do FGTS, operado pela Caixa Econômica Federal, com amortização mensal a partir de outubro de 2014 e vencimento final em setembro de 2023. A remuneração é equivalente à Taxa Referencial, acrescida de uma sobretaxa de 8,5% a.a. O saldo da controladora em 31 de dezembro de 2018 está composto no passivo circulante em R\$.17.155 (R\$17.258 em 2017) e no passivo não circulante em R\$62.500 (R\$79.167 em 2017).

Em 22 de dezembro de 2016 a Companhia firmou, através de sua Controladora Solvi Participações S.A. e com a Essencis Soluções Ambientais S.A., junto aos Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A e China Construction Bank (Brasil) o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$15.130, e garantias prestadas através de SBLC - *Stand-by Letter of Credit* no montante de USD6.600, pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de Carência de valor principal, e 01 (um) ano de carência de juros, com pagamento de 50% em dezembro de 2017, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

A celebração do acordo marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto as Instituições Financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária de receita em volume correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita bruta da Emissora, observada a cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela Emissora e originados da prestação de serviços realizados pela Emissora a seus clientes e pela alienação fiduciária do terreno onde está localizado o aterro de Caieiras.

Com relação às cláusulas restritivas que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures exige-se a observação de determinados índices, cujos principais são: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Liquidez Corrente Ajustada; EBITDA dividido por Despesas Financeiras; e Índice de Alavancagem Máxima cujo o resultado deve ser superior ou igual a 1,30. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Debêntures - Controladora

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Saldo em 31/12/2018
Debêntures	96.425	-	7.054	(7.157)	(16.667)	79.655
Total	96.425	-	7.054	(7.157)	(16.667)	79.655

21 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários	935	648	967	672
Encargos trabalhistas	1.251	1.214	1.454	1.355
Férias	4.051	3.914	4.478	4.235
Participação no resultado	4.215	3.654	4.554	3.744
Total	10.452	9.430	11.453	10.006

Benefício de previdência privada

Aos funcionários que aderiram, a Companhia e suas controladas provêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$60 (R\$124 em 2017), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

22 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ISS	3.850	3.241	4.120	3.438
PIS sobre vendas	472	509	510	520
COFINS sobre vendas	2.048	2.372	2.234	2.424
IR Fonte	368	662	391	688
Parcelamento (a)	707	6.852	1.110	6.852
Outros	738	898	785	920
Total	8.183	14.534	9.150	14.842
Circulante	8.183	14.392	8.807	14.700
Não circulante	-	142	343	142

- (a) A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária relativo a tributos federais instituído pela Lei 13.496 de 24 de Outubro de 2017, cujo saldo em 2018 foi totalmente liquidado e (R\$6.568 em 2017), o valor remanescente é referente aos novos parcelamentos em 2018 que não foram contemplados através do PERT.

O PERT contempla débitos tributários inadimplentes até a data de vencimento 30/04/2017. Em algumas empresas a opção de adesão foi pelo pagamento de 5% da dívida em espécie, dividido em 5 parcelas e quitação de 95% da dívida com prejuízos fiscais próprios ou de empresas ligadas. Em outras controladas em conjunto a opção foi o pagamento de 24% da dívida em 24 parcelas, e quitação de 76% com prejuízos fiscais próprios ou de empresas ligadas.

Os parcelamentos estão sendo efetuados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa de juros a longo prazo (TJLP).

23 Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, como segue:

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	39.698	34.964	45.539	37.168
Perdas com crédito de liquidação duvidosa	5.615	5.749	5.984	6.139
Provisões contingenciais	10.776	3.299	11.433	4.615
Provisões de comissões s/vendas	24	24	24	24
Provisões de participações de resultados	4.215	3.654	4.545	3.745
Amortização Agio/Desagio	-	-	291.403	-
Prejuízo fiscal acumulado	-	-	4.783	4.883
Mais valia de ativos (a)	291.403	-	(6.413)	(5.371)
Reavaliação de terreno do aterro	(2.924)	(3.641)	(2.923)	(3.641)
	348.807	44.049	354.375	47.562
Alíquota - %	34	34	34	34
	118.594	14.977	120.488	16.171
Ativo fiscal diferido sobre Goodwill e Mais Valia incorporados (a)	-	123.846	-	123.846
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	1	(1.936)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	118.594	138.823	120.489	140.017
Ativos fiscais diferidos - não circulante	118.594	138.823	122.669	139.907
Passivos fiscais diferidos – não circulante	-	-	2.180	1.826

- a. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia efetuou a baixa do goodwill e mais valias provenientes da incorporação da CPA que detinha o saldo de R\$364.253. Aplicado 34% sobre o montante, totaliza o valor de R\$123.846 reconhecido como ativo fiscal diferido em contra partida à constituição da reserva de capital, conforme nota explicativa 25b.

A reconciliação para a despesa com imposto de renda e contribuição social, tendo como base suas taxas estatutárias e o valor efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	67.110	57.704	66.415	57.153
	67.110	57.704	66.415	57.153
Alíquotas do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
	(22.817)	(19.619)	(22.581)	(19.432)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	547	1.379	1.430	1.779
Provisão para o não-reconhecimento do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(311)	-	137	(161)
Ganho Por Compra Vantajosa	1.251	-	1.251	-
Brindes/multas indedutíveis	(11)	(82)	(13)	(84)
Bônus/doações/patrocínios	(11)	(63)	(28)	(63)
Deduções Lei do Bem	(95)	(58)	(96)	(58)
Ganho e perda de investimentos	-	-	(1.098)	-
Amortização de mais valia	(118)	(126)	-	-
Outros	(57)	284	71	285
Provisão para imposto de renda e contribuição social efetivos	(21.622)	(18.285)	(20.927)	(17.734)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(1.394)	(19.327)	(2.592)	(19.327)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.228)	1.042	(18.335)	1.593
Alíquota efetiva	32,22%	31,69%	31,51%	31,03%

24 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contingências	10.279	2.942	10.615	3.866
Fechamento e pós fechamento de aterro	39.698	34.964	45.539	37.168
	49.977	37.906	56.154	41.034

a. Contingências

São compostas como segue:

	Controladora				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo líquido em 31/12/2016	-	3.427	21	398	3.845
Estorno da compensação com depósitos 2016	-	358	-	-	358
Adições	-	4.167	-	799	4.966
Reversão	-	(4.653)	(21)	(1.197)	(5.871)
Total sem compensação judicial	-	3.299	-	-	3.299
Depósitos judiciais acumulados	-	(357)	-	-	(357)
Saldo líquido em 31/12/2017	-	2.942	-	-	2.942
Estorno da compensação com depósitos 2016	-	357	-	-	357
Adições	881	1.040	7.200	-	9.121
Reversão	-	-	-	-	-
Pagamento	(881)	(763)	-	-	(1.644)
Total sem compensação judicial	-	3.576	7.200	-	10.776
Depósitos judiciais acumulados	-	(497)	-	-	(497)
Saldo líquido em 31/12/2018	-	3.079	7.200	-	10.279

	Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo líquido em 31/12/2016	10	4.687	38	-	5.138
Estorno da compensação com depósitos 2016	-	375	-	-	375
Adições	-	5.410	-	799	6.209
Reversão	-	(5.867)	(38)	(1.201)	(7.106)
Total sem compensação judicial	10	4.605	-	(402)	4.616
Depósitos judiciais acumulados	-	(750)	-	-	(750)
Saldo líquido em 31/12/2017	10	3.855	-	(402)	3.866
Estorno da compensação com depósitos 2017	-	750	-	-	750
Adições	821	819	7.200	-	8.840
Reversão	-	(279)	-	-	(279)
Pagamentos	(821)	(881)	-	-	(1.702)
Total sem compensação judicial	10	4.264	7.200	(402)	11.475
Depósitos judiciais acumulados	-	(860)	-	-	(860)
Saldo líquido em 31/12/2018	10	3.404	7.200	(402)	10.615

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais em andamento, em diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. Para esses processos, a Companhia e suas controladas apresentaram defesa administrativa ou judicial. A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para contingências são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior parte dos processos. Em 31 de dezembro de 2018, as contingências da Companhia e suas controladas, cuja chance de perda foram classificadas como possível, totalizam R\$81.949 (R\$33.000 em 2017).

Ação Tributária – Essencis Soluções Ambientais S.A

Trata-se da Execução Fiscal nº 0001887-15.2009.8.19.0029, em trâmite perante a Vara Cível de Magé, ajuizada pelo Município de Magé, objetivando a cobrança de valores supostamente devidos ao descumprimento de multa acessória no valor aproximado atualizado de R\$7 milhões. Foi realizado o pedido de parcelamento do débito, na qual foi indeferido pela prefeitura. Porém, está sendo discutido em Mandado de Segurança, que determinou a suspensão da execução fiscal.

Ação Tributária – Essencis Soluções Ambientais S.A

Trata-se da Execução Fiscal nº 0111581-74.2013.8.19.0029, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Magé, ajuizada pelo Município de Magé, objetivando a cobrança de valores supostamente devidos a título de ISS, no período compreendido entre os anos de 2004 a 2007, bem como multa por ausência de escrituração nos livros fiscais. Entretanto, o título executivo não é dotado de liquidez certa, diante da ausência de clareza na Certidão da Dívida ativa nº 097985/2013. Em 20/07/2017 foi protocolizada a Exceção de Pré-Executividade demonstrando a absoluta inexigibilidade do título executado e até o momento não houve qualquer movimentação processual. O prognóstico de perda é possível, sendo considerado na melhor hipótese a redução da multa para cem reais por livro ou por mês, considerando a tese tributária de “retroatividade benigna da infração” e, na pior hipótese, a tese de “efeito de confisco da multa aplicada”, com base em jurisprudência firmada pelo STF, reduzindo a multa aplicada para 30%.

Ação Trabalhista – Essencis Soluções Ambientais S.A

Trata-se de Reclamação Trabalhista nº 0000769-78.2016.5.08.0008, na Comarca de Belém, proposta por Carlos Augusto Furtado da Cunha em face de Essencis Soluções Ambientais S/A, pleiteando o reconhecimento de doença ocupacional e a consequente condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, nulidade da demissão e reintegração no emprego (estabilidade CIPA e acidentária), bem como pagamento de pensão mensal, apresentando o valor da causa de R\$6.000. O laudo pericial concluiu que não há nexo causal entre a doença alegada pelo Reclamante e as atividades que este exercia na Reclamada, reduzindo, assim, a chance de êxito da ação. Entretanto, o prognóstico de perda da ação é considerado possível. O processo aguarda sentença.

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais a Companhia e suas controladas estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até cinco anos, com referência aos tributos federais e estaduais.

b. Fechamento e pós fechamento de aterro

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando à minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (30 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações contábeis, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

São compostas como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.752	34.806
Provisões constituídas	2.212	2.362
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.964	37.168
Provisões constituídas	4.734	5.243
Reversões/realizações	-	(190)
Reorganização societária	-	3.318
Saldo em 31 de dezembro de 2018	39.698	45.539

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2018 está representado por 129.195.979 ações (129.195.979 em 2017) ordinárias nominativas sem valor nominal.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 31 de dezembro de 2017, foi aprovada em decorrência da cisão da CPA, o aumento de capital da Companhia no montante de R\$16.625, passando o capital dos atuais R\$112.571 para R\$129.196 com a emissão de 16.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à única acionista da Solvi Participações S.A..

b. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu a reserva de capital no montante de R\$123.846 em decorrência do reconhecimento de ativo fiscal diferido proveniente da baixa de goodwill e mais valia inerentes à incorporação da CPA, conforme descrito na nota explicativa nº 23.

c. Reserva legal

Constituída a parcela de 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei.

d. Destinação do lucro líquido

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Dividendos

Os dividendos distribuídos “*ad referendum*” da Assembleia Geral em 2018 foram calculados conforme demonstrado abaixo:

Cálculo de distribuição de dividendos 2018	
Lucro líquido do exercício	45.488
(-) Destinação para reserva legal (vide nota 25.b)	(2.274)
(=) Base para distribuição de dividendos	<u>43.214</u>
(%) Percentual mínimo de distribuição previsto estatuto social da Companhia	<u>25%</u>
(=) Total de dividendos distribuídos em 2018	<u><u>10.804</u></u>

Cálculo de distribuição de dividendos 2017

Lucro líquido do exercício	39.419
(-) Destinação para reserva legal (vide nota 25.b)	(1.971)
(=) Base para distribuição de dividendos	<u>37.448</u>
(%) Percentual mínimo de distribuição previsto estatuto social da Companhia	<u>25%</u>
(=) Total de dividendos distribuídos em 2017	<u>9.362</u>

Conforme ata de reunião de 31 de dezembro 2018, foi aprovado a não distribuição de dividendos para os lucros de 2018.

26 Receita de contratos com clientes

É composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita:				
Receita de resíduos	307.674	283.694	326.661	294.117
Receita venda de sucata	24.341	25.381	24.341	25.708
Receita de venda de biogás	6.106	6.563	6.106	6.563
Receita crédito de carbono	25.940	-	25.940	-
Total	364.061	315.638	383.048	326.388
Deduções receita bruta:				
ISS	(14.750)	(13.792)	(15.371)	(14.262)
PIS	(5.353)	(5.058)	(5.667)	(5.233)
Cofins	(24.651)	(23.297)	(26.093)	(24.106)
ICMS	(2.551)	(1.559)	(2.551)	(1.559)
Total	(47.305)	(43.706)	(49.682)	(45.160)
Receita operacional líquida	316.756	271.932	333.366	281.228

(a) As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente das obrigações de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.c:

- Destinação de resíduos – 84,5%
- Venda de crédito de carbono – 7,1%
- Venda de sucata – 6,7%
- Venda de biogás – 1,7%

27 Custos dos serviços prestados

É composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos	(54.270)	(48.312)	(59.211)	(52.595)
Aluguel	(25.206)	(17.268)	(26.923)	(18.719)
Depreciações	(28.551)	(26.262)	(31.621)	(27.471)
Materiais aplicados no serviços	(32.701)	(25.503)	(34.312)	(26.583)
Serviços de terceiros (a)	(59.280)	(53.608)	(63.529)	(55.405)
Outros custos de produção (b)	(24.418)	(15.644)	(26.580)	(16.932)
Créditos fiscais (c)	10.549	9.080	11.181	9.488
Total	(213.877)	(177.517)	(230.995)	(188.217)

- (a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a transporte de resíduos, tratamentos de efluentes, destinações em aterros e manutenção de equipamentos, máquinas e veículos.
- (b) Refere-se substancialmente a energia elétrica, vigilância e provisões para fechamento e pós fechamento de aterro..
- (c) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

28 Despesas administrativas

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração mão de obra direta	(3.380)	(6.339)	(3.476)	(6.411)
INSS	(625)	(1.180)	(646)	(1.195)
FGTS	(176)	(327)	(182)	(332)
Benefícios	(356)	(771)	(379)	(786)
Alugueis	(599)	(789)	(600)	(789)
Depreciação	(315)	(382)	(315)	(382)
Serviços de terceiros (a)	(5.538)	(5.040)	(6.008)	(5.360)
Tributos, seguros e contribuições	(956)	(534)	(993)	(605)
Viagens e estadias	(132)	(217)	(141)	(218)
Outros	(533)	(937)	(535)	(937)
Total	(12.610)	(16.516)	(13.275)	(17.015)

- (a) Refere-se substancialmente a despesas com serviços compartilhados e consultoria administrativa financeira.

29 Despesas comerciais

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão crédito de liquidação duvidosa	(1.493)	(111)	(1.493)	(279)
Reversão da provisão de crédito de liquidação duvidosa	1.626	-	1.995	-
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	(2)	-	(2)
Patrocínios, brindes e doações	(34)	(50)	(39)	(50)
Propaganda e publicidade	(551)	(607)	(551)	(607)
Outros	(31)	(108)	(40)	(109)
Total	(483)	(878)	(128)	(1.047)

30 Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas e provisões contingenciais	(9.121)	(461)	(8.563)	(476)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(442)	(392)	(447)	(410)
Patrocínios e doações	(8)	(148)	(58)	(148)
Ganhos / Perdas resultantes de investimentos	450	457	450	457
Resultado vendas de imobilizado	(244)	(438)	(257)	(438)
Reversão de PPR de exercícios anteriores	681	-	710	-
Multa contratual	(1.186)	-	(1.186)	-
Receitas eventuais	12	85	12	88
Total	(9.858)	(897)	(9.339)	(927)

31 Resultado financeiro

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamento	(17.138)	(20.165)	(17.143)	(20.163)
Variação monetária	(1.785)	(3.384)	(1.807)	(3.385)
Descontos concedidos	(974)	(365)	(1.070)	(385)
Juros sobre pagamento de títulos e tributos em atraso	(249)	(148)	(307)	(155)
Tarifas bancárias	(4.492)	(4.674)	(4.459)	(4.686)
Tributos sobre movimentações financeiras	(448)	(706)	(624)	(729)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(429)	(1.306)	(519)	(1.266)
	(25.515)	(30.748)	(25.929)	(30.769)
Receitas financeiras:				
Juros sobre mútuo	5.187	5.907	4.578	5.895
Variação monetária	1.335	57	1.352	58
Rendimentos sobre aplicações financeiras	172	1.066	186	1.068
Juros recebidos e descontos obtidos	1.512	2.069	1.591	2.103
	8.206	9.099	7.707	9.124
Resultado financeiro líquido	(17.309)	(21.649)	(18.222)	(21.645)

32 Cobertura de seguros

A administração da companhia entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

- Seguro Patrimonial: R\$117.593;
- Lucros Cessantes: R\$27.337;
- Responsabilidade Civil: R\$10.000;

As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

33 Demonstração dos fluxos de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 11.

b. Informações suplementares

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>2017</u>
Transações que não envolveram caixa:		
Adições ao imobilizado que não afetaram caixa		319
Dividendos a receber de controladas em conjunto	15	(6.442)
Aumento de capital na investida com mútuo	16.1	6.634
Efeitos da incorporação reversa:		
Impostos a recuperar oriundo da incorporação da CPA	1	12.386
Dividendos a receber	1	10.412
Fornecedores	1	15
Partes relacionadas	1	12.386
Capital social	1	16.625

Em 2018 na demonstração de fluxo de caixa, não houveram movimentações que não tiveram efeito caixa.

34 Eventos subsequentes

34.1 *Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças*

Em janeiro de 2019, a Companhia realizou a amortização extraordinária de dívidas renegociadas no escopo de negociação de dívidas (“Acordo”), firmado em 16 de dezembro de 2016 com os bancos Itau, Santander, Bradesco, Original e CCB, no montante de R\$9.100. O perfil de endividamento passou a ser o seguinte:

Principal passivo circulante: R\$40.792

Principal passivo não circulante: R\$141.781

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou o quarto aditamento ao Acordo, onde passaram a vigorar novas condições: (i) carência de 3 anos para o principal a partir de janeiro de 2019; amortização em 2 anos para dívidas sob a forma de Cédula de Crédito Bancário - CCBs e Stand By Letter of Credit – SBLCs; (ii) pagamento trimestral de juros; (iii) remuneração CDI + 2% a.a. . O valor da dívida renegociada em 28 de fevereiro de 2019, totaliza R\$182.573.

•

• * * *

Ciro Cambi Gouveia
Presidente

Valter Daniel Alvares
Diretor

Marcio Aparecido Utrila
Contador